

O APÓSTOLO PAULO E A LEI

1. Albino Marks

Ampliando o que declaramos sobre o uso da palavra (*nómos*) , lei, por Paulo, analisemos outros textos, alguns, que *“contém algumas coisas difíceis de entender, as quais os ignorantes torcem”* (2Pe 3:16, NVI).

Nos primeiros versos do capítulo oito aos Romanos, Paulo descreveu como Jesus assumiu a culpa do pecador e o libertou da condenação eterna: *“Agora, pois, não há mais nenhuma condenação para os que estão em Cristo Jesus. Pois a lei (*nómos*) do Espírito, que dá a vida em Jesus Cristo, libertou-me da lei (*nómu*) do pecado e da morte. O que era impossível à lei, (*nómu*) porque a carne a votava à impotência, Deus o fez: por causa do pecado, enviando o seu próprio Filho na condição da nossa carne de pecado, ele condenou o pecado na carne, a fim de que a justiça exigida pela lei (*nómu*) seja realizada em nós, que não andamos sob o domínio da carne, mas do Espírito”* (Rm 8:1-4, TEB).

Nessa parte de sua argumentação, Paulo fecha com uma frase conclusiva de vitória na intensa luta entre querer fazer o bem e na realidade praticar o mal. A vitória é alcançada pelo ato de aceitar e submeter-se a Cristo Jesus. Ele triunfou sobre o autor do mal e a Sua vitória é a garantia de libertação completa para aqueles que O aceitam como seu Substituto, sofrendo a justa condenação da lei.

Na sequência Paulo introduz a lei do Espírito, a lei do pecado, a lei impotente na carne e a lei que exige justiça. Quatro leis em três versos e em argumentos bem sucintos. No grego, a mesma palavra (*nómos*) , qualifica estas quatro leis. Seriam uma e a mesma lei?

Aparentemente o argumento de Paulo parece complicado com tantas leis envolvendo o pecador. Mas, entendendo que toda a argumentação precedente é sobre o pecado acusado pela lei moral; a guerra estabelecida pelo desejo ardente de libertação da lei do poder do pecado; a condenação à morte pela lei moral por causa do pecado; culminando esta situação com o angustiante clamor: *“Quem me livrará desta situação?”* Para então exclamar triunfante: *“Graças a Deus por Jesus Cristo , nosso Senhor ! ”* (Rm 7:24 , 25 , NAA) , pode entender-se claramente tudo o que segue.

“Lei do Espírito”. Paulo argumenta que *“não há mais nenhuma condenação para os que estão em Cristo Jesus. Pois a lei (*nómos*) do Espírito, que dá a vida em Jesus Cristo, libertou-me da lei (*nómu*) do pecado e da morte”* (Rm 8:1, 2, TEB) . Que lei do Espírito, lei maravilhosa que liberta da lei, (*nómu*) , do pecado e da morte, é essa? Pode uma lei libertar de outra lei? No caso do

argumento de Paulo, a lei do Espírito de vida, pode libertar da lei do pecado e da morte . Estaria Paulo se contradizendo? Estaria negando tudo o que declarou, que o pecador somente pode ser liberto do pecado e da morte pela fé na graça de Deus revelada em Jesus?

No que reside o poder dessa lei do Espírito de vida para obter a libertação da lei do pecado e da morte? Há um detalhe importante ao qual é preciso dar atenção. Paulo declara que o pecador é liberto da lei “nómos” do pecado e da morte , pela *“lei (nómos) do Espírito, que dá a vida em Jesus Cristo”*, por meio de Sua morte substituta, perdoadora e justificadora.

A inspiração engrandece essa libertação por meio do espírito de vida em Cristo , que, libertando *“da lei (nómos) do pecado e da morte”* (Rm 8:2, NVI), concede a vida eterna: *“É esse mesmo poder de ressuscitar que dá vida a alma morta ‘em ofensas e pecado’.* Esse espírito de vida em Cristo Jesus, a ‘virtude de Sua ressurreição’, liberta os homens ‘da lei do pecado e da morte’ . O domínio do mal é despedaçado e, pela fé, a alma é guardada do pecado. Aquele que abre o coração ao Espírito de Cristo, torna-se participante daquele grande poder que lhe fará o corpo ressurgir do sepulcro” (DTN, p. 209, 210).

Com a morte de Jesus, a sentença de condenação da justiça da lei moral, foi cumprida, mas pelo *“ poder da Sua ressurreição ”* (Fp 3:10, NVI), o *“ espírito de vida em Cristo Jesus, liberta os homens ‘da lei do pecado e da morte’.*

Uma lei em si mesma não tem condições para outorgar perdão e justificar e ainda libertar da morte. Estes atos são da competência de quem possui o poder de avaliar, julgar e decidir. No plano da salvação essa competência pertence exclusivamente a Deus. Ele assumiu a culpa do pecador e pela morte de Jesus, conquistou o direito de oferecer graça para o culpado condenado pela lei moral e , *“por meio de Cristo Jesus a lei (nómos) do Espírito de vida ”*, a lei da graça de Deus, revelada e manifesta da por meio de Cristo Jesus, liberta o pecador condenado *“ da lei (nómos) do pecado e da morte”* (Rm 8:2, N VI), que é a escravidão maligna de Satanás e as consequências mortais do pecado .

Porque na missão de Jesus, Sua vida sem pecado e na Sua morte substituta sacrifício, *“ a s justas exigências da Lei (nómos) (foram) plenamente satisfeitas em nós”* (Rm 8:4, NVI), que merecíamos esse castigo, e por Sua ressurreição a *“ lei do Espírito de vida ”*, pela fé na graça, recebemos o perdão, a justificação, a reconciliação e a salvação. *” Ele só poderia Se tornar o Salvador e o Redentor sendo primeiro o Sacrifício”* (MM, 2010 3, p. 249).

“Mas Cristo, o verdadeiro templo para habitação de Deus, moldara cada detalhe de Sua vida terrestre em harmonia com o ideal divino. Disse Ele: ‘deleito-me em fazer a tua vontade, ó Deus Meu; sim, a Tua lei (torah) está dentro do meu coração’ (Sl 40:8). Assim nosso caráter deve ser formado para ‘morada de Deus em Espírito’” (DTN, p. 209).

Não há mais nenhuma condenação para o transgressor, porque a justa sentença da lei moral foi executada no Substituto legal. A provisão do Substituto, para satisfazer a justiça da lei, foi feita “antes da fundação do mundo, e manifestado no fim dos tempos por vossa causa” (1Pe 1:20, TEB). Por determinação deste concerto, Jesus morreu, e a lei que proclamava e exigia a morte do pecador, passou a proclamar a vida do perdoado e justificado por graça pela fé no sacrifício da lei da graça.

Na noite da maior angústia dos egípcios com a morte de todos os seus primogênitos, nenhum israelita que pela fé na lei da graça manifestada no sangue do cordeiro passado “na viga superior e nas laterais das portas” (Êx 12:22, NVI), sofreu o golpe letal do anjo destruidor: “obedeçam a estas instruções como decreto perpétuo para vocês e para os seus descendentes” (Êx 12:24, NVI). “Agora, pois, não há mais nenhuma condenação para os que estão em Cristo Jesus. Pois a lei (nómos) do Espírito, que dá a vida em Jesus Cristo, libertou-me da lei (nómu) do pecado e da morte. (Destaque acrescentado). A lei da graça de Deus por meio de Cristo Jesus nos liberta da lei do pecado e da morte.

Nos serviços do santuário esse decreto, lei, da graça de Deus recebeu cerimônias adicionais para ensinar aos israelitas como resolver o problema de pecados cometidos e obter o perdão, a reconciliação e a harmonia com a lei moral, desfrutando a paz e a alegria da salvação provida por Deus. “Agora, pois, não há mais nenhuma condenação para os que estão em Cristo Jesus. Pois a lei (nómos) do Espírito, que dá a vida em Jesus Cristo, libertou-me da lei (nómu) do pecado e da morte. (Destaque acrescentado). A lei da graça de Deus por meio de Cristo Jesus nos liberta da lei do pecado e da morte.

A lei do pecado e da morte. Que lei é essa? Em Romanos sete, Paulo já fala dessa lei com as seguintes palavras: “Pois eu me comprazo na lei (nómu) de Deus, enquanto homem interior, mas em meus membros descubro outra lei (nómon) que combate contra a lei (nómu) que a minha inteligência ratifica; ela faz de mim o prisioneiro da lei (nómu) do pecado que está em meus membros” (Rm 7:22 , 23, TEB).

Paulo declara francamente que em sua inteligência ratifica a lei de Deus como a norma para a sua conduta, mas em seus membros descobre outra lei que o faz prisioneiro da lei do pecado. A lei de Deus determina um modo de conduta que é combatido pela outra lei, que o faz prisioneiro da lei do pecado , determina outro modo de conduta. Em harmonia com a argumentação de Paulo, somente há uma compreensão coerente: a lei (nómu) de Deus é a lei moral , a outra lei (nómon) , e a lei (nómu) do pecado, é o poder do maligno que o escravizou, dominando-o e fazendo-o praticar todos os atos pecaminosos contra Deus, condenados pela lei moral. Mas ele usa a mesma palavra – nómos – para as três leis, que em verdade são duas leis em situações opostas.

A lei enferma. Mas, a lei enferma ou impotente na carne, que lei é essa? Que lei se tornou *“enferma pela carne”* (ARA) ou impotente, de tal modo que *“o que fora impossível à lei ‘nómu’ [...] isso fez Deus ? ”* (Rm 8:3, ARA). Qual era a função desta lei que se tornou doentia e fraca no desempenho do seu papel?

Interpretando esta lei como sendo a lei moral, certamente entramos em sérios problemas. Paulo mesmo declara: *“De fato, a Lei (nómos) ’ é s a nta, e o mandamento (entole) é santo, justo e bom”* (Rm 7:12, NVI). É difícil aceitar que algo santo, justo e bom se torne enfermo e impotente.

O rei e salmista Davi declarou a respeito da lei como orientadora do relacionamento com Deus: *“a lei (torah) do Senhor é perfeita, e revigora a alma”* (Sl 19:7, NVI).

No Salmo 119 é declarado: *“a tua justiça é eterna, e a t ua lei (torah) é a verdade. [...] Os teus testemunhos são eternamente justos”* (119:142, 144, NVI).

Ellen G. White, fez esta declaração muito importante : *“Desde o princípio a grande controvérsia fora a respeito da lei de Deus. Satanás procurara provar que Deus era injusto, que Sua lei era defeituosa, e que o bem do universo exigia que ela fosse mudada. Atacando a lei, visava ele subverter a autoridade de seu Autor. Mostrar-se-ia no conflito se os estatutos divinos eram deficientes e passíveis de mudança, ou perfeitos e imutáveis”* (PP, p. 65).

Se a lei que é perfeita , eterna, imutável, justa, verdade e comunica vigor , se tornou enferma e impotente, então a acusação de Lúcifer, Satanás, era justificada. Portanto, esta interpretação não encontra fundamento nas Escrituras .

Para ensinar o plano da redenção pela graça e tipicamente satisfazer a justiça exigida pela lei moral, Deus manifestou e colocou em ação o sistema de símbolos e sacrifícios, também um ato legal, que durante milênios trazia em si o *“ mistério [...] mantido oculto em Deus [...] o Seu eterno plano que Ele realizou em Cristo Jesus”* (Ef 3:9, 10, NVI), pois, todos os símbolos e sacrifícios apontavam para a vinda do Redentor. Pela fé no Redentor vindouro e na apresentação do substituto que era sacrificado , para simbolicamente expiar o pecado, a exigência da lei moral condenando o transgressor, era satisfeita e o pecador era perdoado, justificado e reconciliado com seu Deus.

Porém, este era um processo típico e transitório, para ensinar uma verdade real. Não era um ato final no processo do perdão e na remoção do pecado. Sangue de animais não tem o poder para apagar a culpa da transgressão e remover o pecado. Somente a execução do ato legal em Si mesmo, o Autor do ato legal e da lei moral , pode satisfazer a exigência da lei perfeita e imutável.

Portanto, o que era impossível efetivar pelo ato legal da lei cerimonial, *“porque aquilo que a Lei, (nómu) , (lei cerimonial) fora incapaz de fazer”* (Rm 8:3 , NVI), tirar os pecados, *“pois é*

impossível que o sangue de touros e bodes tire pecados” (Hb 10:4, NVI), porque os sacrifícios oferecidos repetidamente “nunca podem remover os pecados” (Hb 10:11, NVI), “Deus o fez, enviando seu próprio Filho, à semelhança do homem pecador, como oferta pelo pecado. E assim condenou o pecado na carne, a fim de que as justas exigências da Lei, (nómu) , (moral) fossem plenamente satisfeitas em nós” (Rm 8:3, 4, NVI).

A lei que se tornou enferma e impotente era a lei das cerimônias que foi estabelecida para tipicamente satisfazer *“a justiça exigida pela lei”* moral que condenava o transgressor à morte.

Enquanto os símbolos e sacrifícios estavam centralizados em Cristo, como o único que pode salvar (At. 4:12), a lei das cerimônias era o instrumento sadio dentro do plano de Deus para tipicamente satisfazer a justiça e conduzir à salvação. Quando os símbolos e sacrifícios foram transformados no meio justificador e salvador, a lei das cerimônias tornou-se doentia e impotente como instrumento para conduzir à salvação, pois suprimiu a fé na graça d o Único que tem o poder para salvar: Jesus, o tipificado.

Jesus se referiu a este cumprimento da lei cerimonial quando declarou em Seu sermão proferido na montanha: *“Não penseis que vim suprimir a Lei, (nómon) , e os profetas: não vim suprimir, mas cumprir. Pois em verdade eu vos declaro, antes que passem o céu e a terra, não passarão da lei, (nómon) , um i nem um ponto do i , sem que tudo haja sido cumprido”* (Mt 5:17, 18, TEB).

No sermão da montanha, Jesus declarou a respeito de Sua missão relacionada com tudo o que a lei, “torah”, determinava, toda justiça que a lei moral exigia, tudo o que o ritual do santuário tipificava e tudo o que os profetas predisseram, nada poderia ser revogado ou suprimido, mas tudo seria cumprido para a realização da missão do plano redentor.

Assim aconteceu em todos os detalhes de Sua vida até a vitoriosa e gloriosa recepção junto ao trono do Deus eterno.

A lei que exige justiça. Qual a lei que exige justiça? A lei cerimonial foi estabelecida para tipicamente , por meio do sacrifício substituto satisfazer *“a justiça exigida pela lei”* moral que condenava o transgressor à morte. Logo, a lei que exige justiça é a lei moral.

Entretanto, o substituto típico não oferecia uma solução final, removendo os pecados. O profeta Isaías fez a proclamação : *“O Senhor fez cair sobre ele a iniquidade de todos nós”* (Is 53:6, NVI). A nossa iniquidade, o nosso pecado acusado pela lei moral foi lançado sobre Jesus, para que a justiça da lei fosse satisfeita.

Considerando a declaração inspirada do salmista, rei Davi, temos outro argumento para considerar e que esclarece esta questão: *“Então eu disse: eis aqui estou, no rolo do livro está escrito a meu respeito: agrada-me fazer a tua vontade, ó Deus meu; a tua lei (torah) está dentro do meu coração”* (Sl 40:7, 8, N AA). Em Hebreus, no capítulo 10, Paulo aplica esta profecia a Jesus, como Aquele que

veio como o sacrifício real para remover os pecados. Depois de dizer: *“entretanto, nesses sacrifícios ocorre recordação de pecados todos os anos, porque é impossível que sangue de touros e de bodes remova pecados”*, introduz a profecia supra e continua: *“Ele remove o primeiro para estabelecer o segundo. Nessa vontade é que temos sido santificados, mediante a oferta do corpo de Jesus Cristo, uma vez por todas”* (Hb 10:3, 4, 9, 10, N AA).

É fácil compreender que a argumentação gira em torno da transição do regime das cerimônias e símbolos - sangue de touros e bodes - para o sacrifício real e perfeito de Jesus. *“Ele remove o primeiro”*, as cerimônias e símbolos, *“para estabelecer o segundo”*, o sacrifício *“do corpo de Jesus Cristo”*. Significa que Jesus nasceu e viveu sob a lei cerimonial e morreu para fazê-la cessar como obrigação espiritual prática, porque na Sua morte substituta foi satisfeita a sentença da lei moral que exigia justiça.

Considerando a expressão do salmista: *“a tua lei (torah) está dentro do meu coração”*, relacionada com Hebreus 10:16, teremos um argumento muito importante para avaliar. *“Esta é a aliança que farei com eles, depois daqueles dias, diz o Senhor: imprimirei as minhas leis (nómons) no coração deles e as inscreverei sobre a sua mente”* (N AA).

Façamos uma contraposição de dois argumentos: *“para resgatar os que estavam sob, ou, debaixo da lei, (nómon)”* (Gl 4:5), e: *“a tua lei (torah) está dentro do meu coração”* (Sl 40:8). Estar sob, é estar debaixo de: uma lei, um fardo, uma situação [...]. Ter dentro do coração uma lei, é estar ligado a alguém em relacionamento por amor. Ao fazer a vontade deste alguém, ela é feita por amor e não como uma obrigação legal pesada e enfadonha.

Jesus é o Autor da lei moral, mas também é o Autor da lei cerimonial, típica do plano da salvação pela graça, e quando veio em forma humana a este mundo, Ele trouxe estas leis em Seu coração. Em verdade não podia ser diferente, porque a lei moral é a expressão do caráter de Deus, e Ele é Deus. Como Deus-homem viveu o relacionamento de perfeito amor para com o Deus-Pai. A lei moral escrita em Seu coração unia-O com indestrutíveis laços de amor a Deus-Pai. *“Assim como tenho obedecido aos mandamentos (entolás), de meu Pai e em seu amor permaneço”* (Jo 15:10, NVI).

No entanto, como também trouxe em Seu coração a lei do plano da salvação, e para Israel esta lei estava tipificada nos serviços e símbolos do santuário, Cristo trouxe em Seu coração a realização do cumprimento de todos os tipos do santuário, e *“foi oferecido em sacrifício uma única vez, para tirar os pecados de muitos; e aparecerá segunda vez, não para tirar o pecado, mas para trazer salvação aos que o aguardam”* (Hb 9:28, NVI).

Portanto, no Salmo 40:7 e 8, a lei, “torah” que *“está dentro do coração de Cristo”*, precisa ser entendido como todo o ensino da Escritura Sagrada, que revela todos os atos necessários para executar e efetivar o plano da redenção. Jesus deixou isto muito evidente em Sua resposta para Satanás, na tentação no deserto:

“Está escrito: ‘Nem só de pão viverá o homem, mas de toda palavra que procede da boca de Deus’ (Mt 4:4, NVI).

Do mesmo modo, todos aqueles que pela fé aceitam a Sua graça, o Seu perdão e a As justificação, têm esta lei escrita no coração e na mente, pela ação do Espírito Santo, significando que a gratidão por tão grande salvação os conduz à obediência amorosa e espontânea.

“ Se vocês obedecerem aos meus mandamentos, (entolás) , permanecerão no meu amor” (Jo 15:10, NVI).

No entanto, acima de tudo tem no coração, a realidade do plano da salvação realizado por meio de Cristo Jesus (Ef 3:11): *“a gloriosa riqueza deste mistério, que é Cristo Jesus em vocês, a esperança da glória” (Cl 1:27, NVI).*

“Pois a lei, (nómos) , do Espírito, que dá a vida em Jesus Cristo, libertou-me da lei, (nómon) , do pecado e da morte” (Rm 8:2, TEB).